

Santa Vitória do
Palmar V Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas das demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR


João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.541	3.299	Fornecedores		36	82
Contas a receber de clientes	8	1.300	1.204	Provisões	13	1.667	313
Despesas antecipadas		182	109	Financiamentos	14	2.064	2.270
Adiantamento a fornecedores		6	6	Obrigações sociais e trabalhistas		18	28
Tributos e contribuições a compensar		-	4	Obrigações fiscais		40	48
Total do ativo circulante		6.029	4.622	Imposto de renda e contribuição social a pagar		121	84
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.915	3.211	Contas a pagar a partes relacionadas	9	-	17
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.403	-	Adiantamento de clientes		82	82
Despesas antecipadas		67	1	Passivo de arrendamento mercantil	12	2	-
Total do realizável de longo prazo		4.386	3.212	Total do passivo circulante		4.031	2.924
Imobilizado	11	73.835	76.876	Provisões	13	-	1.543
Ativo de direito de uso	12	335	355	Financiamentos	14	39.437	41.347
Total do ativo não circulante		74.170	77.231	Tributos diferidos		64	64
				Passivo de arrendamento mercantil		359	374
				Total do passivo não circulante		39.860	43.328
				Capital social		41.839	41.839
				Prejuízos acumulados		(1.146)	(3.026)
				Total do patrimônio líquido	15	40.693	38.813
Total do ativo		84.584	85.065	Total do passivo e patrimônio líquido		84.584	85.065

Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	16	11.536	9.309
Custo da geração de energia	17	<u>(5.330)</u>	<u>(4.853)</u>
Lucro bruto		<u>6.206</u>	<u>4.456</u>
Despesas gerais e administrativas	17	(258)	(236)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	<u>21</u>	<u>(1)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		5.969	4.219
Despesas financeiras	18	(3.915)	(4.067)
Receitas financeiras	18	<u>274</u>	<u>81</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(3.641)</u>	<u>(3.986)</u>
Resultado antes dos impostos		2.329	233
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(449)	(359)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>1</u>	<u>(4)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>1.881</u></u>	<u><u>(130)</u></u>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0449	(0,0031)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.881	(130)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.881</u></u>	<u><u>(130)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.839	(2.896)	38.943
Prejuízo do exercício	-	(130)	(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.839	(3.026)	38.813
Lucro líquido do exercício	-	1.881	1.881
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.839	(1.145)	40.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.881	(130)
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	11	3.054	3.050
Juros e variações monetárias	14	3.095	3.284
Juros de arrendamentos		(28)	-
Amortização de custos de transação	14	117	117
Provisão para ressarcimento	13	(189)	1.543
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	449	359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(1)	4
		8.378	8.227
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(96)	10
Despesas antecipadas		(139)	(15)
Tributos e contribuições a compensar		4	(4)
Fornecedores		(45)	(67)
Obrigações fiscais		(30)	(85)
Obrigações sociais e trabalhistas		(10)	(75)
Tributos diferidos		(0)	6
		8.061	7.997
Caixa proveniente das atividades operacionais		8.061	7.997
Impostos pagos sobre o lucro		(390)	(270)
		7.671	7.727
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		7.671	7.727
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	0	-
		0	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		0	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		296	205
Partes relacionadas		(1.420)	697
Arrendamentos		23	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(2.240)	(2.072)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(3.088)	(3.308)
		(6.430)	(4.478)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(6.430)	(4.478)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.242	3.249
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.299	50
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.541	3.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A., com sede em Curitiba/PR, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba/PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XIII, na cidade de Santa Vitória do Palmar/RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A SVP V foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2017 com a produção anual estimada de 6,0 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aereo	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Santa Vitória do Palmar V	15	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	334	15/07/2014	15/07/2049	6,0	7,4	7,4

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são, ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos).
- **Nota explicativa nº 13** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Imposto de renda e contribuição social

(i) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo

transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, o CPC 06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Valor recuperável de ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas normalmente;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) *Ativos não financeiros*

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	14	59
Aplicações financeiras (i)	<u>4.527</u>	<u>3.240</u>
	<u>4.541</u>	<u>3.299</u>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI no exercício.

8 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber	<u>1.300</u>	<u>1.204</u>
	<u>1.300</u>	<u>1.204</u>

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2021 e com vencimento em janeiro de 2022.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante	2021	2020
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (b)	<u>1.403</u>	<u>-</u>
	<u>1.403</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	2021	2020
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (a)	<u>-</u>	<u>17</u>
	<u>-</u>	<u>17</u>

- (a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.
- (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado.

As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos pré-estabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2021 e 2020 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	3.211
	<u>2.915</u>	<u>3.211</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se ao saldo da conta reserva do serviço da dívida e conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao *covenants*, conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa nº 14) e conta reserva especial para pagamento de debêntures Complexo Santa Vitória do Palmar, conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional com o Banco Bradesco e podem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

		<u>2021</u>			<u>2020</u>
	Taxas anuais de depreciação	Depreciação			Saldo líquido
		Custo	acumulada	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	9.671	(1.267)	8.404	8.680
Aerogeradores	4%	<u>78.114</u>	<u>(12.683)</u>	<u>65.431</u>	<u>68.196</u>
		<u>87.785</u>	<u>(13.950)</u>	<u>73.835</u>	<u>76.876</u>
		<u>2020</u>			<u>2019</u>
	Taxas anuais de depreciação	Depreciação			Saldo líquido
		Custo	acumulada	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	9.671	(991)	8.680	8.956
Aerogeradores	4%	<u>78.113</u>	<u>(9.917)</u>	<u>68.196</u>	<u>70.970</u>
		<u>87.784</u>	<u>(10.908)</u>	<u>76.876</u>	<u>79.926</u>

(ii) Movimentação do custo

	<u>Saldo em</u>	<u>Movimentação em 2021</u>			<u>Saldo em</u>
	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.671	-	-	-	9.671
Aerogeradores	78.113	-	-	-	78.113
	87.784	0	0	0	87.784
	<u>Saldo em</u>	<u>Movimentação em 2020</u>			<u>Saldo em</u>
	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.671	-	-	-	9.671
Aerogeradores	78.113	-	-	-	78.113
	87.784	-	-	-	87.784

(iii) Movimentação da depreciação

	<u>Saldo em</u>	<u>Movimentação em 2021</u>			<u>Saldo em</u>
	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	(991)	(276)	-	-	(1.267)
Aerogeradores	(9.917)	(2.765)	-	-	(12.682)
	(10.908)	(3.042)	-	-	(13.950)
	<u>Saldo em</u>	<u>Movimentação em 2020</u>			<u>Saldo em</u>
	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	(714)	(277)	-	-	(991)
Aerogeradores	(7.144)	(2.773)	-	-	(9.917)
	(7.858)	(3.050)	-	-	(10.908)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2021, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC Parque Eólico Aura Mangueira XIII baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A determinação do valor é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Receitas: projetadas para 2022 patamares em linha com o setor, de 2023 a 2027 considerando crescimento médio 2,18%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção.
- Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis.
- Taxa de desconto: 10,24% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldo	Amortização	Saldo líquido
Terras e terrenos	8,85%	367	(31)	336	(1)	335
		<u>367</u>	<u>(31)</u>	<u>336</u>	<u>(1)</u>	<u>335</u>

Passivo de arrendamento

	Saldo	Liquidações	Juros incorridos	Saldo líquido
Terras e terrenos	361	(3)	3	361
	<u>361</u>	<u>(3)</u>	<u>3</u>	<u>361</u>

13 Provisões

(i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“*constrained-off*”), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal à CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x	Cenários Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP),
4	Acima de 130%	nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida (“constrained-off”) em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de “constrained-off” de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.856	
Reversão	(189)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.667	
	2021	2020
Provisão para ressarcimento curto prazo	1.667	313
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	1.543
	1.667	1.856

Estes montantes e transações não afetam o caixa e conseqüentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, “são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade”; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2021	2020
BNDES (a)	TJLP + 2,02%	15/10/2023	28.112	29.620
BRDE (b)	TJLP + 3,40%	15/10/2023	14.779	15.504
Custos com a captação			<u>(1.390)</u>	<u>(1.507)</u>
			41.501	43.617
Passivo circulante			2.064	2.270
Passivo não circulante			39.437	41.347

- (a) Em 20 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o BNDES (credor) no valor de R\$ 32.813, com vencimento final para outubro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (b) Em 7 de abril de 2017, foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o BRDE (credor) no valor de R\$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2033.

Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2022	2.064
2023 a 2025	7.620
2026 a 2028	9.828
2029 a 2031	12.651
2032 a 2034	9.338
Total	41.501

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital social	Total
<i>Em milhares de Reais</i>				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.211	43.617	41.839	88.667
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	(296)	-	-	(296)
Pagamento de juros	-	(3.088)	-	(3.088)
Pagamento de principal	-	(2.240)	-	(2.240)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(296)	(5.328)	-	(5.624)
Outras variações relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	3.095	-	3.095
Custos de captação amortizados	-	117	-	117
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	3.212	-	3.212
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.915	41.501	41.839	86.225

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
	Aplicações financeiras vinculadas	Financiamentos	Capital social	Total
<i>Em milhares de Reais</i>				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.416	45.596	41.839	90.851
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	(205)	-	-	(205)
Pagamento de juros	-	(3.308)	-	(3.308)
Pagamento de principal	-	(2.072)	-	(2.072)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(205)	(5.380)	-	(5.585)
Outras variações relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	3.284	-	3.284
Custos de captação amortizados	-	117	-	117
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	3.401	-	3.401
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.211	43.617	41.839	88.667

14.2 Covenants

A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a ser observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do

BNDES e BRDE, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

14.2.1 Índice de cobertura do serviço da dívida - BNDES e BRDE (Informações financeiras da controladora direta Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.)

A Companhia possui *covenants* financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (*completion*) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2021 e 2020 essa clausula de *covenants* não era aplicável a Companhia.

14.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta de fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Início de vigência	Final da vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
25/01/2021	25/01/2022	Garantia Financeira	Banco Santander	89
30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	701
25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.538
28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	23
28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	83
22/04/2021	24/04/2023	Garantia Financeira	Itaú BBA	28.208
24/06/2021	23/06/2023	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	1.324

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 41.839, dividido em 41.838.553 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2021	2020
Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. (<i> Holding</i>)	41.839	41.839

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

16 Receita líquida de venda de energia

	2021	2020
Receita bruta de venda de energia	11.854	11.365
Ressarcimento de energia ⁽¹⁾	189	(1.543)
(-) PIS / COFINS	(507)	(513)
	11.536	9.309

⁽¹⁾ Vide nota explicativa 13(i).

17 Gastos por natureza

	2021	2020
Custo da geração de energia	(5.330)	(4.853)
Despesas gerais e administrativas	(258)	(236)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(1)
	(5.567)	(5.090)
Encargos de transmissão e conexão	(654)	(613)
Compra de energia	(509)	(485)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(244)	(93)
Despesa com pessoal	(253)	(206)
Serviços de terceiros	(21)	(12)
Depreciação	(3.054)	(3.050)
Arrendamento	(177)	(145)
Manutenção	(473)	(324)
Despesas administrativas	(146)	(143)
Penalidade por insuficiência de lastro	(48)	(7)
Outras	12	(12)
	(5.567)	(5.090)

18 Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas bancárias	(68)	(60)
IOF	(115)	-
Juros de financiamentos	(3.095)	(3.284)
Amortização do custo de captação	(117)	(117)
Juros e multas de mora	(22)	-
Custo da estruturação da dívida	(486)	(593)
Outras	(12)	(13)
Total das despesas financeiras	(3.915)	(4.067)
Juros recebidos	6	-
Receitas de aplicações financeiras	268	73
Outras	-	8
Total das receitas financeiras	274	81
Resultado financeiro líquido	(3.641)	(3.986)

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2021	2020
Receita com venda de energia (*)	11.828	11.303
Outras receitas	321	103
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.267	1.007
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.740	1.459
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	347	282
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	103	76
Imposto de renda e contribuição social correntes	449	359
<i>Taxa efetiva</i>	<i>14,94%</i>	<i>14,56%</i>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	(1)	4

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos para assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a essas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	14	59	14	59
Aplicações financeiras	4.527	3.240	4.527	3.240
Contas a receber de clientes	1.300	1.204	1.300	1.204
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	3.211	2.915	3.211
Partes relacionadas	1.403	-	1.403	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	36	82	36	82
Financiamentos	2.064	2.270	2.064	2.270
Partes relacionadas	-	17	-	17
Não circulante				
Financiamentos	39.437	41.347	39.437	41.347

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2021			2020		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e bancos	14	-	14	59	-	59
Aplicações financeiras	4.527	-	4.527	3.240	-	3.240
Contas a receber de clientes	-	1.300	1.300	-	1.204	1.204
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	-	2.915	3.211	-	3.211
Partes relacionadas	-	1.403	1.403	-	-	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	36	36	-	82	82
Financiamentos	-	2.064	2.064	-	2.270	2.270
Partes relacionadas	-	-	-	-	17	17
Não circulante						
Financiamentos	-	39.437	39.437	-	41.347	41.347

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021			
	Saldo em 31/12/2021	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	14	14	-	-
Aplicações financeiras	4.527	4.527	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	2.915	-	-
Valor justo em 31 de dezembro de 2020				
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Mercado ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	59	59	-	-
Aplicações financeiras	3.240	3.240	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.211	3.211	-	-

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	4.527	3.240
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	3.211
Contas a receber de clientes	1.300	1.204

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (“*covenants*”) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Financiamentos	41.501	43.617
Fornecedores	36	82

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Aplicações financeiras	4.527	3.240
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	3.211
	7.442	6.451
 Passivo		
Financiamentos	41.501	43.617

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	7.442	Redução do CDI	511	341

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	41.501	Aumento da TJLP	3.154	3.785

(*) Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

* * *

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

SuiSheng Huang
Diretor

Viviane Cristina Ferreira
Contadora CRC PR - 045.363-O